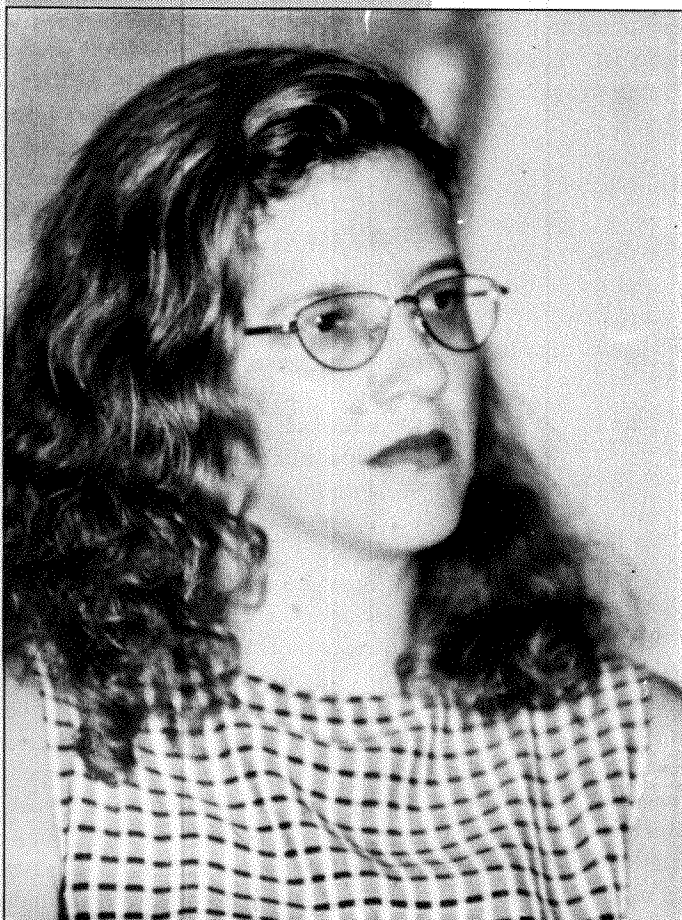


ARQUIVO 12

Artigo

A ALCA À LUZ DAS NOVAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Considerações Iniciais



ELAINE LINHARES DE ASSIS GUERRA,
 Chefe do Departamento de Comunicação e Ciências Sociais da FCG/UNA.

O poder internacional está cada vez mais diluído. O Sistema internacional, no período pós-hegemônico, é definido pelas variáveis econômicas e

do surgimento de conflitos violentos.”⁽¹⁾

Um novo sistema mundial surge por trás

tecnológicas. Sabemos que as inovações tecnológicas exigem um aumento da concentração de capital e um mercado cada vez de maior porte. A nova face dos Anos 90 é a globalização, surgida da revolução tecnológica e da regionalização das economias. Porém, ao lado do tão comentado progresso ou desenvolvimento, reafirma-se o retrocesso social, político e cultural. “A era da informática é também dos fundamentalismos, do desemprego estrutural, do renascimento de nacionalismo tribais,

do caos e do cenário de fim da história, proclamado por Fukuyama. Um novo paradigma social e produtivo substitui o modelo fordista-keynesiano. A internacionalização da economia é então apresentada como uma reestruturação do capitalismo, uma saída estrutural para um modelo de desenvolvimento já desgastado. É necessário o estabelecimento de uma nova forma de organização sócio-econômica que garanta ao sistema capitalista o atendimento a seus princípios básicos, ou seja, o crescimento do capital privado.

A nova (des)ordem internacional

Não podemos dizer que a internacionalização da economia seja realmente um fenômeno novo, pois desde o século passado o capital não se detinha às fronteiras nacionais. Porém, a atual forma de organização do sistema capitalista assumiu novos moldes, onde as variáveis inovações tecnocientíficas, aumento de produtividade e da rentabilidade do capital, definiram uma fragmentação organizacional do processo produtivo. Esta nova versão da divisão internacional do trabalho surgiu associada (quem sabe fundamentada?) a uma nova política de legitimação do domínio do capital onde o Estado assumiu novas funções, deixando totalmente de lado o seu papel de provedor do bem estar social.

(1) - VIZENTINI, Paulo G. F. - *A Nova Ordem Global: Relações Internacionais do Século XX*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1996.
 (2) - OHMAE, Kenichi - *O Fim do Estado Nação: A Ascensão das Economias Regionais*. Tradução Ivo Korystoski. Rio de Janeiro, Campus, 1996.

Para uns, é até desejada uma participação do Estado através de ações de apoio à empresa privada, da execução de investimentos maciços em tecnologia de ponta e da adoção de uma estratégia exportadora. Outros, já vão mais longe. Kenichi Ohmae⁽²⁾, por exemplo, enfatiza que a função tradicional de intermediários desempenhadas pelos *Estados-nações* (e seus governos), tornou-se em grande parte desnecessária. Como os mercados globais funcionam perfeitamente por conta própria, os *Estados-nações* já não precisam exercer o papel de formadores de mercado. Para Ohmae, são as unidades geográficas mais localizadas que estão substituindo as fronteiras políticas artificiais, fazendo surgir um novo conceito, o de *Estado-regiões*. Estes podem residir totalmente dentro das fronteiras de um *Estado-nação* ou transcendê-las. Isso não importa. Tais fronteiras são o resultado irrelevante do acaso histórico. "O que define essas unidades não é a localização de suas fronteiras políticas, mas o fato de terem o tamanho e a escala corretas para serem as verdadeiras unidades de negócios da economia global de hoje em dia. Essas são as fronteiras - e as conexões- que importam num mundo sem fronteiras."⁽³⁾

Neste sentido configura-se um novo Estado, que como coadjuvante, abre mão do seu papel de ator principal à chamada **empresa global**. As velhas corporações empresariais estão se transformando em poderosas, empresas transnacionais. A economia de escala, o acirramento da concorrência impulsionaram a globalização de todas as operações, da pesquisa à comercialização de produtos e serviços. Os investimentos não são mais restritos geograficamente, e são na sua maioria, privados. Anteriormente, o fluxo de investimentos transnacionais era de governo para governo ou de agências como o Banco Mundial para os governos. Até algum tempo atrás, o capital

privado só dirigia seus investimentos a outras nações se lhe fossem ofertados pelos governos anfitriões, acessos privilegiados aos mercados locais. No mundo globalizado, as empresas modernas já não dependem das condições de acomodação fornecidas pelo Estado, mas sim da capacidade de sedução de seus mercados. Subsídios governamentais deixam de ser critérios relevantes nas decisões de investimentos transnacionais. Além disto, uma empresa pode operar em diferentes partes do mundo, sem ter que construir um complexo aparato de sustentação aos negócios, graças à teleinformação. Isto reduziu os custos dos investimentos transnacionais, impulsionando-os.

Podemos de certa forma dizer que, com o fim da guerra-fria, as fronteiras político-ideológicas se desgastaram e o novo re-ordenamento mundial parece contagiante. Até na URSS, após a Perestroika de Gorbachov, uma certa abertura econômica foi alcançada. Porém, por enquanto, o resultado é crítico. A recessão e as guerras localizadas marcam a nova fase do espaço soviético. Para muitos, são as diferenças culturais e históricas que se tornam responsáveis por estas inquietações surgidas após o final da disciplina bipolar. Será que os países ex-socialistas se prestarão a desempenhar papéis semelhantes aos de nações de 3º mundo dentro da economia globalizada? Ou será que a Rússia ressurgirá no cenário internacional? Aliás, ela ainda não desapareceu. De certa forma, a idéia de um Estado Centralizador foi destruída. "A questão não será mais a de *menos Estado*, como na onda neoliberal, e tampouco de *mais Estado* como no soviétismo stalinista, porém a de *melhor Estado*, tendo por objetivo a correção das desigualdades causadas pelo mercado".⁽⁴⁾

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, vem enfatizando que nações

de vastas regiões do planeta, cujas diferenças não tenham sido abolidas, encontram-se às voltas com um espírito de globalismo e iluminismo; embora tudo isto seja ainda confundido por muitos, como uma vitória pela competição, pelo individualismo autoconfiante, pelo mercado e pelo capitalismo neoliberal. O certo é que não estamos diante de um alinhamento unilateral. É verdade que o mundo soviético retornou à modernidade nos termos clássicos *mercado e liberdade*, mas de modo diferente do desejado pelo neoliberalismo. Na visão de F.H.C., é o casamento da ciência com a tecnologia e com a liberdade, que definem a grande tendência do mundo moderno, ou seja, uma inevitável globalização.

Sem dúvida, inquietações e redefinições fazem parte do novo cenário mundial. Por isto, nos parece que a preocupação dos Estados Unidos da América é garantir o estabelecimento do equilíbrio no poder mundial, evitando a ascensão de potências rivais. O sucesso do modelo asiático, principalmente da China, traz à tona a idéia de reordenamento mundial. Para uns, anuncia-se um conflito de civilizações. Em entrevista concedida ao Jornal do Brasil, no dia 22/03/97, o norte-americano Samuel Huntington, professor da Universidade de Harvard, afirma que na nova ordem mundial, os países estão se associando por razões culturais e não meramente por motivos econômicos, políticos ou ideológicos. Neste contexto, ele enfatiza a possibilidade da China, se continuar a crescer em ritmo acelerado, desestabilizar a Ásia e até o resto do mundo, surgindo como uma grande potência mundial. Novos poderes geralmente causam problemas e desequilíbrios. Na visão Huntington, seria interessante, mas sobretudo impossível, os EUA transformar sua cultura em uma civilização universal. Isto só correria pela via do imperialismo e da guerra e estas não são mais desejadas.

(3) - OHMAE, Kenichi, *op. cit.*

(4) - *idem, idem*

De fato, percebemos que a preocupação norte-americana tem sido no sentido de estabelecer ações estratégicas que gerem vantagens significativas sobre seus rivais. Isto se manifesta através de iniciativas, como por exem-

plo, o domínio sobre organizações internacionais. A questão chave não é mais manter uma soberania, sustentar objetivos militarmente se fosse preciso, mas sim, alcançá-la através da economia global. É então no contexto da

organização mundial que conseguimos entender o interesse norte-americano pela ALCA. Os EUA precisam restaurar sua competitividade na nova ordem internacional para assim produzir o seu desejado ajuste econômico interno.

O Contexto da ALCA

Sabemos que mercados de grande porte são necessários ao crescimento do próprio capitalismo. Porém, os mercados já conquistados não são suficientes ao processo de acumulação e crescimento do capital, uma vez que o próprio movimento do capitalismo reduz suas potencialidades ao excluir alguns segmentos sociais do grupo de consumidores potenciais, ou seja, há uma relativa redução da demanda provocada pelo aparecimento das chamadas classes sociais excluídas em todos os países. Se o capitalismo empobrece ou exclui, é preciso conquistar e garantir novos mercados. Esta é a tônica da sobrevivência das nações industrializadas.

O resultado deste processo é o movimento de formação dos blocos regionais. Desta forma, os Estados Unidos esperam reorientar sua economia e assim recuperar seu crescimento e sua competitividade, saindo da incômoda situação de nação importadora de produtos manufaturados com elevada dívida interna e externa. Surge então uma pressão mundial pela liberalização do comércio.

Marco Cepik, em seu artigo "Globalização Assimétrica" (jornal O Tempo, 26/02/97), enfatiza que, enquanto a produção dos *países ricos* crescerá para 24 trilhões de dólares nos próximos 30 anos, a dos *países não ricos* crescerá para 34 trilhões de dólares. Porém, Cepik destaca que, para que tal saldo econômico se tornasse realidade, a parcela de investimento do PIB nos países em desenvolvimento precisaria

subir dos 25% de 1992 para algo em torno de 35% até 2.020. Todavia, Cepik ainda nos mostra que, os dados recentes (1990) sobre o investimento externo direto revelam que mais de 80% dos

*Sabemos também
que a frenética
globalização
provoca graves
efeitos
desestabilizadores,
criando um terreno
fértil para a
fragmentação
social.*

investimento mundiais foram absorvidos pelo Japão, União Européia e América do Norte. Os chamados países em desenvolvimento reduziram sua participação de 25%(1980) para 17%(1990). Urge portanto reverter esta situação.

Sabemos que parte importante dos países em desenvolvimento já estão integrados ao processo de globalização. O caso do Brasil pode até ser citado, à título de ilustração, já que a abertura de sua economia vem ocorrendo desde o governo Collor. Até hoje, "o Brasil já

submeteu sua economia a um choque de liberalização reduzindo sua tarifa média de importação de 52% para 14%."(5) Mas, as certezas deste modelo não são óbvias (vide o exemplo do colapso financeiro e cambial do México em 1994)

Por outro lado, sabemos também que a frenética globalização provoca graves efeitos desestabilizadores, criando um terreno fértil para a fragmentação social. A exclusão social pode ser apurada como um resultado da globalização, assim como os nacionalismos tribais, separatismos e conflitos violentos. Tanto no caso América do Sul, como região centro-americana, não são novidades as crises sociais e econômicas decorrentes dos programas de ajustes neoliberais e de fenômenos de instabilidade política. O exemplo peruano é típico. A explosão destes fenômenos só é compreendida à luz das inadequadas condições de vida que se submetem os povos nestas nações. Para ilustrar, vale citar novamente o artigo de Marco Cepik, que nos informa que uma parcela de 3 bilhões de pessoas, as mais pobres do mundo, detêm cerca de 5% da riqueza mundial (1991). Rodrigo Bertoloto, em seu artigo na folha de São Paulo do dia 24/02/97, também relata que a diferença entre os mais ricos e os mais pobres cresceu 50% depois de seis anos de estabilidade econômica na Argentina. Os 10% mais ricos do país, detêm uma renda 22 vezes maior do que os 10% mais pobres. Antes da Argentina optar pelo modelo neoliberal para combater a hiperinflação, a

(5) - YANAKIEW, Mônica - Gazeta Mercantil, 26.02.97

diferença era de 15 vezes. Os dados citados comprovam que a estabilidade de preços e o crescimento da economia

nos anos 90 não colocaram um ponto final no processo de distanciamento entre as classes iniciado nos anos 70 e

acelerado nos 80. No mesmo artigo, o sociólogo José Luís Imaz afirma que o Brasil pode repetir o cenário argentino.

Considerações finais

Obviamente, a participação do Brasil e das outras nações em desenvolvimento na ALCA não é uma opção, mas sim uma estratégia de sobrevivência na nova ordem mundial. O Brasil e seus aliados se encontram diante de uma situação crucial: integrar-se e buscar seus próprios interesses, e não deixar ser integrado, o que ressaltaria um caráter de submissão.

É preciso, por outro lado, observar os custos e os benefícios que daí podemos tirar. Não é sem motivos que o empresário nacional se mostra cauteloso nas negociações. No contexto sul americano, a posição do Brasil é ainda mais cuidadosa, na medida em que tem procurado promover a integração das nações, através do MERCOSUL, exercendo assim um papel de liderança regional. Apesar de suas responsabilidades, o papel do país ainda tem sido meramente reativo, embora possamos dizer que o Brasil chegou a ensaiar ousadias, como por exemplo, criar um eixo estratégico com alguns mercados emergentes.

Sem condições de acompanhar as novas características dos produtos, processos e tecnologias impostas pelo mercado competitivo, o Brasil precisa ser cauteloso frente às propostas da ALCA. Realmente não lhe sobram alternativas que não sejam negociar de maneira escalonada e seqüencial e buscar ganhos em conjunto com o bloco do MERCOSUL. Sabemos que os Estados

Unidos querem proteger seus setores primários (produtos agrícolas, aços e ferroligas) dos importadores brasileiros. O Brasil, por sua vez, quer proteger seus setores mais avançados, como telecomunicações e eletrônicos da invasão norte-americana.

Por estes e por outros motivos, têm surgido divergências entre as delegações dos países que se comprometem em discutir a Área de Livre Comércio das Américas. Os países membros do MERCOSUL propõem começar a redução de tarifas, de forma progressiva, a partir de 2005 e a liberação do comércio e serviços, além de manter tratamentos especiais para os acordos intrablocos. O MERCOSUL pretende manter sua identidade, além de não estender à ALCA, a união aduaneira já acertada entre os quatro países membros.

A idéia dos acordos em blocos parece trazer maiores empecilhos e as regulamentações de barreiras tarifárias não representam a parte mais difícil do acordo. O maior problema está na posição do Brasil e do seu bloco, em fazer acordos escalonados e seqüenciais. O MERCOSUL propõe que até o ano 2000 apenas sejam facilitadas as negociações, até 2002 acertadas medidas sobre subsídios, dumpings e só após 2003 seria discutido o acesso aos mercados. Já os Estados Unidos e o Canadá querem as negociações sobre a redução tarifária a partir de março de 1998.

Outros temas ainda causam diferenças entre os blocos membros da ALCA, porém o receio tanto das pequenas economias, como dos setores internos de menor capacidade de competição da indústria brasileira, é de que desapareçam após o funcionamento pleno da ALCA.

Enfim, se os EUA querem dar mais ritmo às negociações, o bloco do Brasil quer ganhar tempo. Parece-nos que a submissão ao mercado regionalizado pode ser muito dura. Pressões são feitas pela economia globalizada e reformas dolorosas são exigidas.

Podemos então concluir que, de uma forma ou de outra, os chamados custos econômicos do processo de internacionalização das economias e formação de blocos regionais são, pelo menos constantemente apontados e discutidos, tanto pela mídia, como o pelos empresários que são ameaçados de extinção. Mas, e os problemas sociais típicos das nações em desenvolvimento? Até quando as soluções econômicas provocarão uma erosão nas condições sociais? Questões relativas às elevadas taxas de desemprego e criminalidade, concentração de renda, educação e outras que se opõem à concepção de uma sociedade justa e próspera são deixadas de lado.

Que tal globalizá-las?